



Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -
Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -
aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS
ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

DISCURSO LEXICAL E RESISTÊNCIA ÉTNICA

Dayvison Bandeira de Moura (UA) – PY
Edair Gonçalves – (IFSP/UTIC) – PY
Irany Gomes Barros – (UFRJ) – BR/RJ
Renato da Silva – (UNINTER) – BR/PE

Introdução

Frente à necessidade de desconstruir o equívoco do imaginário popular em virtude de suas implicações para a manutenção do imaginário de estudantes na escola, é que encontra relevância tratar sobre o léxico e sua função mediante as comuns transformações assinaladas diacrônica e sincronicamente, no âmbito da língua. Fenômeno que caracteriza mudanças, variações na linguagem de um idioma, como ocorreu, e tem ocorrido, na língua portuguesa.

Logo, a ideia, mas em algumas esferas sociais, a ideologia, que marca o corolário de prestígio social, marcam de modo estereotipado contribuições decorrentes do léxico de idioma africanos, remontando e concebendo a manutenção de estereótipos marginalizando estas bem como os usuários que apresentam estas contribuições linguísticas. Fato promotor de discriminações e exclusões, cercando o direito ao exercício da voz, subjetivamente, como um traço cultural, obstruindo em inúmeras situações o exercício da cidadania.

Esse quadro ilegítimo representa uma das inúmeras faces do preconceito às etnias africanas, bem como aos que manifestam uma herança afrodescendente. Estabelecer a diferença como objeto de exclusão e inferiorização necessita ser desconstruído, em nome da equidade social e, sobretudo, do respeito às diversidades linguísticas que compuseram o léxico da língua portuguesa brasileira.

Para esse estudo, como pano de fundo as contribuições de Marcos Bagno (2004), no livro *Português ou brasileiro*; e a concepção sobre *A língua a identidade cultural de um povo, Língua e Cidadania*: repercussões para o ensino de Irandé Antunes (2009), serão tomadas como argumentações para enfronhar pontos de vista correspondentes à *Análise Crítica do Discurso* de Van Dijk (2008), quando trata do Racismo e da Negação dele.

Nessa atmosfera, serão relacionadas contribuições de estudos do professor Luis Ogodo, em seu livro *Conversando e Conhecendo a Língua e a Cultura Yorubá*.

Com esse breve estudo, se espera a aquisição de mais elementos que possam subsidiar elementos para a composição de um currículo que oferte aos estudantes nas escolas, possibilidades de validarem a presença de contribuições advindas do léxico africano como mais uma presença frente ao de outros idiomas, na língua que é

denominada de língua portuguesa, como elementos significativos constituintes desse idioma, enriquecendo-o. Assim, se faz necessário estudar tais manifestações.

Identidade cultural de um povo: língua e cidadania

Pensar a identidade é uma necessidade urgente, porque os traços culturais é que subjetivam pessoas, tornando-as indivíduos sujeitos de uma identidade, de sua subjetividade, de sua individualidade, de características peculiares ao grupo que descendem etnicamente.

Assim, os legados que são construídos ao longo do tempo cronológico, e do espaço geográfico representam manifestações de inquietações de pessoas que vão individual e, coletivamente, constituindo os saberes válidos a uma comunidade. De maneira que vão pavimentando aquilo que recebe valoração social.

Desta maneira tornam-se não apenas elementos para a manutenção da vida comunitária, mas, e, sobretudo, da vida que passa a ser tecida em forma de memória construída, elaborada. O conjunto de saberes, costumes, tradições, conhecimentos precisam ser externados e a língua cumpre papel decisivo na tarefa de tecer, entrelaçar, que paulatinamente, passa a se tornar uma etnia. Com ela, uma cultura se caracteriza, e a história das pessoas que a constituem vão sendo formuladas, mas também moldadas. Nesta dinâmica também, se manifesta a resistência étnica, que dentre muitas de suas manifestações relaciona-se, o lugar do léxico, e com ele o da língua.

Concordando com Antunes (2009) “o léxico de uma língua, em seu sentido mais geral, corresponde ao inventário total de palavras disponíveis aos falantes” (ANTUNES, 2009, p. 141). A palavra inventário aqui não corresponde a fruição, mas sim ao acervo que compreende, forma, características idiossincráticas para a consolidação de um idioma. Entender isso é reconhecer que legitimar as contribuições lexicais de um idioma que se fazem presentes em outro é deveras reconhecer a validade de ambas, na perspectiva de garantir a comunicação entre os seus falantes. Sendo um grave equívoco manter concepções para desprivilegiar uma destas.

Essa concepção aponta para contribuições linguísticas que se deram no Brasil desde a sua colonização até agora, uma vez que a língua está sempre mudando, assimilando características vocabulares, formas de expressão, alofones, idiossincrasias comuns às línguas de etnias africanas trazidas ao para cá, por ocasião do escravagismo. Afinal, as etnias de lá, eram, são, dotadas de competências linguísticas inteligíveis. Frente a esse fato, os colonizadores é que foram expostos a um universo idiomático muito superior ao seu.

De modo não menos diverso, o confronto com os idiomas indígenas nas Américas, como ocorrera na América do Sul, fato que não excetua o Brasil, marca o surgimento de uma língua que seria produto das inúmeras contribuições idiomáticas.

Três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade. (MENEZES, 2002, p. 95).

O antagonismo comum a existência de línguas radicadas em culturas singulares, de igual modo suas etnias, não poderia sofrer a argumentação mítica de inferioridade, sem que isso em tempo, não reverberasse numa total falta de fundamentos. Muito embora, a ideia também, mítica de que apenas o idioma lusitano fosse, ou seja, característico de correção ainda tem eco, lamentavelmente, no imaginário popular, mesmo daqueles que frequentam à escola. Expostos que são a um currículo que

insiste em interdiscursos explícitos, velados, tácitos de um eurocentrismo facilmente revogado.

As histórias de resistência das etnias africanas, de afros descendentes e de indígenas se deu por expressões do seu raciocínio linguístico competente para disseminar entre os escravizados, a urgência para a elaboração das insurreições que apregoaram nos campos de trabalho, nas senzalas, nas casas grandes, em meio à lida uma fala e um canto que aludiam inexoravelmente, à preservação de suas ancestralidades. Uma força de expressão reativa, estratégia para a preservação das identidades constituintes de seu passado, daquele seu presente desafiador, projetando falantes políglotas africanos à difusão de sua língua por meio dos cantos para atenuar à lida escrava, para entreter, ou para expressar o sagrado.

O uso da língua yorùbá no Brasil é restrito as comunidades de ILÉ ÀSE (casas de divindades africanas) através das recitações de oriki (nome de família), adùrà (rezas ou preces) e orinmímó (cânticos sagrados). Tais cânticos, rezas, invocações, etc., transmitem fatos relacionados às existências míticas e históricas das divindades, exaltações e súplicas a essas mesmas divindades e aos ancestrais, expressões proverbiais. O poeta de origem bantu KIBA-MWENYU, em poema de sua autoria, em trechos de sua obra “ZWELENU O DIMI DYETU”, transmite-nos uma mensagem da visibilidade a responsabilidade da preservação das nossas heranças linguísticas, a nós legadas dignamente pelos nossos antepassados, cabendo a nós cultuá-las como um “OPA ORANIAN” – Símbolo de Fé – Símbolo de Imortalidade – Símbolo de Poder – Símbolo de Resistência.

DIMI DYETU, KIFA KYETU

Nossa língua é nossa cultura (costume)

ANGA KIFA KYETU, MWENYU W’ETU

A nossa cultura, (é) nossa alma

KI FWA O DIMI, NWENYU U FWA WE

Morre a língua a alma morre também. (OGODO, 2012, p. 6).

Esse esclarecimento demonstra uma dentre incomensuráveis contribuições que remontam a resistência étnica, frente ao inventário típico não só ao yorùbá, mas também, às outras línguas africanas presentes na diáspora africana. Trazer isso à baila tem em mente, referendar a necessidade que se tome a História de África e a História dos afros descendentes no Brasil, em face da lei n. 10.639/03, como um meio não para reproduzir o estereótipo do escravo, do submisso, do povo sofrido, mas sim, para apontar as interfaces de uma resistência étnica. Uma que forjou o Brasil. Não que isso signifique negar as contribuições de outras etnias. Não. Mas, é preciso mediante a uma política afirmativa, reparadora, desconstruir os estigmas que aviltam os legados, as contribuições dos africanos e afros descendentes para a construção do Brasil. Essa precisa ser uma meta relevante no currículo em meio aos outros estudos realizados pelos componentes curriculares oficiais.

Até porque, a acintosa ação que reitera estereótipos na mídia falada e escrita, em livros didáticos, em escola, na mediação de professores, apesar de conquistas estarem mudando sofregamente, um universo que necessita ser combatido. Pois,

A exclusão simbólica, que poderá ser manifestada pelo discurso do outro, parece tomar forma a partir da observação do cotidiano escolar. Este poderá ser uma via de disseminação do preconceito por meio da linguagem, na qual estão contidos termos pejorativos que me geral desvalorizam a imagem do negro. (MENEZES, 2002, p. 96).

Essa postura tem sido comum para perpetrar formas de banimento do direito ao reconhecimento em sua ascendência étnica, também, de um ostracismo que disseminou à invisibilidade social aos africanos e aos afros desdentes, no Brasil. Fato terrivelmente,

estendido de modo ostensivo, nefasto, contra estas subjetividades, ao longo da história no Brasil, depois do reconhecimento de sua criação, em 15 de novembro de 1889, quando da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil. Também, quando da fantasiosa abolição dos escravos. Nesse momento, inúmeras foram as investidas, as medidas políticas, para obstruir à aquisição de direitos civis, aos negros, de direitos ao trabalho formal, de direitos à educação formal comum ao branco, de direito a conhecer a sua ancestralidade, não fossem as iniciativas, as estratégias de resistência étnica para que africanos, afros descendentes, pleiteassem, forjassem sua cidadania pelas inúmeras formas de sua resistência.

E, a manifestação das línguas africanas, bem como a assimilação linguística que já estava assinalada, dentre outras, configurava a presença de um discurso lexical, face da resistência étnica em nome de uma cidadania brasileira, ainda que negada formalmente pelo estudo da língua formal lusitana, mas amplamente manifesta nos interdiscursos do cotidiano, compondo a diacronia e a sincronia da língua portuguesa cidadã brasileira.

Sendo assim, erigido o momento em que não mais se poderiam negar as inúmeras contribuições linguísticas, os empréstimos linguísticos, o quanto os idiomas africanos, presentes na, então história do Brasil, também não legou ao idioma nacional com aspectos prosódicos, fonéticos que deram um ritmo, uma musicalidade subjetiva às regiões do enorme Brasil, dotando-o de uma língua e linguagem específicas desse país desse povo.

A compreensão do fenômeno linguístico como atividade, como um dos fazeres do homem, puxou os estudos da língua para a consideração das intenções sociocomunicativas que põem os interlocutores em interação; ascendeu, além disso, o interesse pelos efeitos de sentido que os interlocutores pretendem conseguir com as palavras em suas atividades de interlocução; trouxe para a cena dos estudos mais relevantes o discurso e o texto. [...] a língua e seus contextos de uso o que implica dizer as manifestações linguísticas e a produção e a expressão da cultura de cada comunidade de falantes. (ANTUNES, 2009, p. 20-21).

É preciso compreender que inerente à lógica de correção de uma língua, para o bom funcionamento das categorias que compõem um léxico, na perspectiva de estabelecer comunicação entre os seus usuários, por uma dada comunidade de falantes, há inexoravelmente, uma lógica contributiva entre a história de um povo, suas inquietações, seus sonhos, seus anseios, suas agruras, sua luta, sua fé, sua criativa necessidade de existir, de pelejar contra o mundo, sobretudo, quando este hostiliza-o, subjuga-o.

Então, há a necessidade de ressignificá-lo e a linguagem, suas interfaces são elementos que veiculam possibilidades, universos, como diz, Irlandé: “tudo isso porque a linguagem, a língua e cultura são, reiteramos, realidades indissociáveis. (ANTUNES, 2009, p. 23).

Por isso mesmo, esse estudo se destina a enfronhar o papel da resistência étnica, do discurso lexical advindo de línguas africanas na luta pelo reconhecimento da legitimidade humana, histórica e cultural dos povos no Brasil escravizados. Mas que apesar disso, inscreveram a relevância da palavra falada ou escrita ao longo das difíceis trajetórias, porém corajosas, forjadas no território da colônia, do Império e a partir disso, fizeram das suas inúmeras resistências, lições de liberdade, de cidadania, de democracia, de nacionalidade. Assim, a própria ideia de país ganhou sofregamente, o curso que trouxe esse país até aqui, o presente em sua identidade que louva a

diversidade étnica. Pelo conjunto de contribuições é que se pode entender a força desse raciocínio, expressando pura resistência, resiliência.

A palavra tem PODER - -agbára, é FORÇA – agbára/pánkanleke, é Vida – émi, é FÉ – igbàḡ, é ALEGRIA – Ayó, é REGOZIO e EXALTAÇÃO – ayó-àyòjù, é TRISTEZA – àbámḡ, podendo despertar em nós os mais variados sentimentos. Mas, quaisquer que sejam essas manifestações elas só serão possíveis de acontecimentos pela compreensão de cada vocábulo que compuser a fala ou a escrita. Para que a mensagem alcance seu objetivo, ou seja, a sua compreensão é necessária que seja entendida por quem fala, escreve, escuta ou ler. O objetivo desse título “ CONVERSANDO SOBRE LÍNGUA E A CULTURA YORÙBÁ NO BRASIL. ” – “**NSÒRÒ NÍPA ÈDÈ NÁÀ ÀTI ÌLAJÚ NÁÀ YORÙBÁ NÍ ORÍLÈ ÈDÉE BRÀSÌLÌ**” – é antes de tudo, estimular o interesse pela leitura – ÌKÀWÉ, pelo aprender, cantar, escrever – KÓ, pela instrução ÌKÓLÉKÓ, na busca pelo querer – FÉ – saber – MÒ e entender GBÓ [...]. (OGODO, 2012, p. 6).

A postura aguerrida das etnias africanas escravizadas, mas que foram se auto libertando pela incursão de insurreições como as ações dos quilombolas, a Balaiada, a Revolta dos Malês, a Revolta da Chibata dentre tantas, evidenciam, põem em tela, a força, a resistência destas. “É nesse momento que podemos surpreender as raízes do processo de construção e expressão de nossa identidade ou melhor dizendo, de nossa pluralidade de identidades” (ANTUNES, 2009, p. 23).

Com a força de resistências afros centradas ocorridas no Brasil, mesmo as filigranas de ideologias etnocêntricas que apregoavam ao colonizado à condição de sub-raça, inferiorizada, numa tentativa de eternizar sua subalternidade (ANTUNES, 2009, p. 25), mas que de modo competente, persistente foi cabalmente, combatido, apesar da perenidade do preconceito. Perene também, tem sido a sua desconstrução, a ilegitimidade que a consubstanciou. Essas iniciativas precisam ter lugar no currículo, na escola para se fazer justiça à memória daqueles que delinearão a luta de resistência, “*A identidade de cada língua é apenas alguma coisa em viagem; sem que o padrão anterior seja melhor ou mais puro que o atual [...]. As identidades linguísticas – e todas as outras – são múltiplas, precárias e transitórias*” (ANTUNES, 2009, p. 30).

Há muitos motivos que mereciam maiores reflexões para compor esta etapa, mas em face do espaço exíguo de um artigo, esse estudo acredita conseguir despertar os leitores para que possam debruçar-se sobre outros aspectos constituintes da identidade cultural do povo brasileiro, e sobretudo da verificação de como a história que constituiu nossa língua, a característica de suas linguagens, seus regionalismos construíram, constroem um modelo de cidadania daqui. Ainda que este esteja em formação na dimensão de uma perspectiva das raízes étnicas africanas e indígenas, discursos formadores de nosso léxico.

O Racismo, a negação dele: a análise crítica – ACD

Entender a gênese do pensamento burilo que o pensamento e ação racistas serve como um mecanismo competente para compreender a sua profilaxia, suas estratégias, seus fundamentos. Isso permite ao currículo, a escola, ao educador seu estudo na direção de desenvolver competências e habilidades condizentes com o enfrentamento dele, do racismo. Os explícitos, os velados assim como ocorre na sociedade. Sendo a escola parte desta ela também convive com as suas manifestações.

Logo, precisa combatê-lo, atuando no entendimento dos elementos que fundamentam o pensamento mobilizador de ações racistas, discriminatórias, reiterando estigmas, marginalizações. Fato que pode tornar a escola um ambiente reprodutor de modelos cognitivos que aludem à África estereotipando-a, a seu povo, sua cultura, sua

língua, reproduzindo também, uma política arcaica se reiterando como um Aparelho Ideológico de Estado - AIE, disseminando ideologias puristas segregadores (ALTHUSSER, 1980, p. 60-67).

Frente a essa postura o fato do currículo escolar ser um documento produzido sob uma ótica objetiva, sob o pretenso discurso de estar isento de subjetivações que pudessem incliná-lo mais para um grupo, do que para outro. Essa lógica desde a educação jesuítica até o século XX, de base moralizante, fundamentou as concepções eurocêntricas como o grupo hegemônico. Já os outros foram tidos como incoerentes, incivilizados, sob pena de aviltar, corromper, o currículo.

Isto se os grupos que recebessem lugar nele, fossem àqueles alijados de participação efetiva na sociedade tipicamente, branca, fundada em seus valores, com a difusão padrões eugênicos, baseadas num xenofobismo austero. Coube então, a escola reproduzir uma cultura para execrar os grupos étnicos tidos como inferiores caso de judeus, de “índios”, de africanos e afros descendentes. Estes miniaturizados por sua cor, por isso denominados, negros. A sua cor desempenhou papel significativo na ótica discriminatória. Estratégia também, estendida às características de língua e linguagem daqueles que não demonstravam domínio do padrão da língua lusa. Evidentemente, por seu não acesso à uma educação de qualidade. Uma responsabilidade do poder de Estado.

Por muito tempo foram tomados como prerrogativa para que a lógica das diversidades étnicas, sobretudo, africanas, não fosse uma constante. Pelo contrário, por muito tempo, “até os fins dos anos 1980” (DIJK, 2009, p. 149) a escola foi uma instituição comprometida com a difusão de modelos de pessoa, de cultura, de civilização totalmente, tendenciosos, e o livros didáticos foram, ainda seguem, estas estratégias, apesar das sutis mudanças “continuam a ser basicamente, eurocêntricos”.

De tal modo que,

Crianças, adolescentes e jovens adultos enfrentam, diariamente, por muitas horas, aulas e livros didáticos – os únicos livros que são leituras obrigatórias em nossa cultura. Isto é, não há instituição ou discurso comparável que é tão massivamente inculcado como o da escola. [...] as aulas sobre Eles – imigrantes, refugiados, minorias e pessoas do Terceiro Mundo – e que tais discursos são frequentemente muito estereotipados e às vezes claramente preconceituosos. (DIJK, 2008, p. 148-149).

Esse quadro carente de mudanças progressivas porque não se pode mudar crenças, costumes, valores apenas, por intermédio de leis. Antes disso, é necessário reformular artesanalmente, a cultura por meio de uma outra cultura educativa, e, o currículo, a escola é o lugar que deve estar comprometido com as ações para redimensionar o quadro ainda vigente.

Quando as diferenças culturais a que descendem pessoas são consideradas “desvios comportamentais, mas raramente em termos de sua vida cotidiana, seu trabalho e suas contribuições à cultura e economia do país” (DIJK, 2008, p. 149-150). Então, eclode a necessidade, cada vez mais contemporânea, de que seja desconstruída tais mitificações. Mas, sem as mitigações e eufemismos relativistas. Necessário se faz, o estudo da História de África, de sua cultura, assim como da História e cultura afros descendente, no Brasil, para a formação dele, de sua identidade, de seu nacionalismo à brasileira.

É preciso, portanto, a preparação real para a aquisição de novos valores, suplantando os antigos, obsoletos, e compreender a relevância planetária de equidade,

de alteridade de crenças étnicas, preparando as crianças, jovens, adultos, idosos adequadamente para as sociedades deste século, o XXI. Haja vista, as diversidades e multiculturas que formam o mundo, formados pelos mundos imersos neste, construindo uma sociedade equânime.

Assim, será possível viabilizar que o

Crisol discursivo para a reprodução cotidiana de crenças étnicas preconceituosas e, frequentemente, as práticas discriminatórias nelas baseadas (nos livros, suas formas de ensino). Afirmamos que o racismo é aprendido, e não natural ou inato. Esse processo de aprendizagem já começa na escola. (DIJK, 2008, p. 150).

Nota-se em meio as ideias racistas, geradoras de ações discriminatórias, no âmbito escolar que o discurso subliminar ou manifesto produtor do preconceito relacionam-se ainda, ao fato de a escola, seus agentes educacionais, o currículo, seus assistidos, a família, outras instituições que interatuam para a rotina e práticas escolares reinscrevem o discurso de inferiorizar os “diferentes” etnicamente, por sua ascendência africana, afros descendente como motivo para o achincalhe, para o sua negação frente aos modelos narcísicos comuns à eugenia eurocentrada.

Essa postura pode ser desconstruída pelo estudo consistente, dos fatos históricos relacionados à resistência étnica construída no Brasil em toda a sua extensão, do ponto de vista histórico. Por isso, é que a perspectiva histórica, comum à sociolinguística soa de modo relevante para esse estudo. De tal modo, que tratar de manifestações acerca da oralidade expressa, em elementos sobre a resistência através da cultura afros descendente, assume neste estudo, lugar de resistência. Uma vez que usou um discurso que remontou e remonta aspectos do vasto léxico africano no Brasil. Este é o maracatu.

Maracatu: léxico, resistência étnica afro descendente

O maracatu é uma manifestação relacionada à subversão jocosa que desejava o colonizador atribuir aos escravizados, como mais uma estratégia de consubstanciar o amordaçamento, a inferiorização aos africanos e aos afrodescendentes, cumprindo uma ação de apenas, entreter os seus senhores.

Os homens constroem suas relações uns com os outros no dia a dia e é nesse processo de responder as suas necessidades que surgem e desaparecem diversas práticas e costumes. Também não podemos deixar de afirmar que uma busca incessante pela origem dos maracatus-nação e a constante relação desses com a instituição da Coroa dos Reis do Congo mantém simbolicamente um estreito vínculo com a África. (LIMA, 2005, p. 41).

As ações do escravagismo desejaram retirar as relações com a ancestralidade africana aos quais os homens, mulheres, crianças, idosos possuíam com a África, assim destituindo-os de sua memória, as condições para ampliar a dominação se dariam de modo mais efetivo. Mas, a relação que se deu por ocasião dos maracatus desempenhou papel singular em manter idiosincrasias, filigranas, aspectos, costumes, a fala, o léxico, línguas africanas aos quais estavam à feitos.

Nesse aspecto cantar assumia um papel preponderante como mecanismo excepcional para a resistência africana, afro descendente, relacionando os escravizados às suas etnias, aqui durante a Colônia, durante o Império, durante a República, no Nordeste, em Pernambuco, no Brasil, até o presente.

Essa estratégia afrocentrada mantinha as possibilidades de restituir as etnias africanas como sujeitos, ainda que relativamente. Face que foi de sua resistência, dentre tantas, mais uma a linguística. Com efeito

Os maracatus-nação constituem uma reminiscência dos festejos das coroações dos reis e rainhas do Congo, sendo, portanto, uma sobrevivência folclórica de antigos costumes e práticas africanas. Tal ideia justifica a afirmação de que os maracatus-nação são “fruto das tradições africanas. (LIMA, 2005, p. 42).

Por sua inegável importância para o planejamento, a prática e disseminação dos maracatus-nação é que eles assumem importância inadiável, como parte que deve integrar o currículo quando precisa atender as disposições delineadas pela lei n. 10.639/03. Uma vez, que o seu estudo não apenas assume papel reparador frente ao resgate de ações de luta e resistência africana contra à discriminação, o preconceito e à escravidão.

Mas também, para que se busque compreender a sua origem, a sua dinâmica, o seu aspecto de veiculação, seus principais atores, idealizadores, seus ambientes geográficos de ocorrência, suas incursões em diferentes momentos da história do Brasil, numa perspectiva diferente da vigente, que ainda muito remete as origens do Brasil as ações da Europa, efetivamente.

Assim, o estereótipo de subalternidade, de inferioridade, de passividade, abre espaço para o advento, o argumento da resistência, alterando a ideia de que o escravizado é coitadinho, vítima imutável ao longo da trajetória histórica brasileira, na busca pela construção de um país livre. Vale ressaltar muito antes da Revolução Francesa, ou da Lei Áurea, de 13 de maio de 1889, “reminiscências da instituição da coroação dos reis e rainhas do Congo, para a qual é feita relação também com Henrique Dias já no século XVII” (PEIXE, 1980, p. 162 apud LIMA, 2005, p. 44).

Avaliar as origens do ideal de liberdade, igualdade e fraternidade presente no ideário de resistência de africanos que combatiam à escravidão, à negação de suas origens imposta pelo colonizador europeu representa a reescrita da história oficial no Brasil que tem apregoada essa perspectiva como uma meta, legada pela ocorrência da Revolução Francesa em meio à luta iluminista, na França do século do XVIII.

Apesar de sua importância efetiva para o advento da codificação de direitos que passaram a inscrever leis escritas que redimensionaram no campo da palavra escrita, mudanças que no campo social ainda não passaram a mudar, efetivamente, a vida das classes brancas subalternizadas na França, como elucidam vários historiadores e pensadores franceses como é o caso de Victor Hugo, já no século XIX.

Por sua importância histórica enquanto prática de resistência discursiva, não eram incomuns as perseguições as manifestações dos maracatus. Houve uma sessão extraordinária da Câmara Municipal do Recife em 28 de abril de 1851, em que o Chefe de Polícia em face das consequências desagradáveis que resultava das reuniões denominadas de Maracatus (SILVA, 1988, p. 35 apud LIMA, 2005, p. 48).

Os bantos, os nagôs, os Yorubá representam dentre outros povos com suas línguas, linguagens, variações sua história, suas lutas e estratégias de resistência de suas identidades ancestrais objeto incomensurável para estudo das origens do Brasil. Para origem do pensamento libertário por parte daqueles que bem entendiam a importância disso, os escravizados. Tendo em vista que a liberdade é uma condição com que se nasce.

Pelos motivos exíguos neste estudo cotejados, espera esse estudo que os leitores, leitoras dele possam perceber a necessidade de estudar os fenômenos

linguísticos não apenas pelo viés descritivo, sobre as variações, numa tomada apenas fonética. Não. Mas, que sobretudo, se possa estudar as manifestações orais alusivas às manifestações orais decorrentes das tradições, de costumes presentes na cultura africana e afro descendente uma busca por sedimentar, atentamente, outros estudos, pesquisas, em universidades, em cursos de pós-graduação lato senso, estrito senso, em salas de aula desse país. Em meio à discussão para a seleção, o planejamento de elementos que irão constituir o currículo oficial, assim como os escolares contra os abusos de poder, bem achegados que são da perspectiva de discurso crítica, a ACD.

Pois é necessário suplantar as posições exclusivamente eurocêntricas, já que:

A história humana está repleta de acontecimentos históricos que são resultados de trocas interculturais, das quais podemos citar, o alfabeto fenício, a arte egípcia, os números hindus e tantos outros que são apenas alguns dos muitos exemplos possíveis de serem elencados como produtos dessas trocas culturais. (LIMA, 2005, p. 53).

Esta última referência é para que não se interprete e não se entenda que esse breve estudo visa desenvolver um racismo ao contrário, o desenvolvimento de uma nova ideologia agora, contra brancos ou contra a Europa, a favor exclusivamente, da África, dos africanos de seus herdeiros. Longe disso, este estudo deseja, uma busca necessária por contribuições de outras histórias, culturas, etnias, suas línguas, linguagens para a formação da história do Brasil, de sua invenção, de sua de fato, luta, insistente da colônia até o presente pela visibilidade efetiva, legitimadora da importância que possuem os diferentes povos aqui trazidos de África, assim como também se faz igualmente, necessário compreender as contribuições indígenas ameríndias, brasileiras. Para que as etnias estereotipadas assumam o seu lugar legítimo na história desse país.

Considerações finais

Portanto, a oralidade precisa figurar como elemento norteador para se perceber a ancestralidade africana e afro descendente, enquanto elemento constituinte das subjetividades que permearam a construção do ideal marginalizado, negado da concepção de nacionalidade, e, posterior brasilidade que foram sendo tecidas à luz das iniciativas de resistência das etnias africanas radicadas, à força aqui no território, onde se construiu este país nominado Brasil. Mas, que ainda, hoje, a muitas mãos tem sido objeto, profícuo de construção de uma nação que celebra a sua diversidade étnica, cultural, histórica, e, evidentemente linguística.

Algo no mínimo necessário, tendo em vista que a característica da oralidade enquanto manifestação de uma literatura não ágrafa não é uma prerrogativa apenas de povos africanos, mesmo quando alijados em função de sua cor. Vale salientar, que mesmo para Aristóteles séc. IV AC. O lírico fora uma manifestação da fala, da oralidade, pela qual se deu a nascente da boa, revolucionária, intelectual, propositora de cultura, bem como de sua reformulação. Ela, também, fora e ainda é, um elemento, plenamente, marcado pela competência de uma sabedoria ancestral pensar o passado, o presente, o futuro por meio da palavra sentida, no instante em que se sentia, se sentiu, ou se sente. Neste caso, ancestrais e africanos não estão tão distanciados.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Posições II**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de Ciências sociais, 1980).

ANTUNES, Irandé. **Língua texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de ensino; 10).

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Maracatu-nação**: ressignificando velhas histórias. Recife: Bagaço, 2005. Disponível em: periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1311/1031. Acesso em: 16 nov. 2015.

MENESES, Waléria. **Artigo**: O preconceito Racial e suas Repercussões na Instituição Escola. Fundação Joaquim Nabuco – Trabalhos Para a Discussão n. 147/2002.

OGODO, Luis. Conversando e Conhecendo a Língua e a Cultura Yorubá. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – Secretaria de Assessoria ao Governador – Governo de Pernambuco. Recife, junho de 2012.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Judith Hoffnagel; Karina Falcone (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.